

CARACTERÍSTICAS CHAVE DO REALISMO CRÍTICO NA PRÁTICA: um breve resumo"

Andrew Sayer

Resumo

O realismo crítico será introduzido através do esboço de algumas características que distinguem esta abordagem nas ciências sociais. Existe, é claro, uma literatura filosófica crescente apresentando e debatendo o realismo crítico e filosofias rivais, assim como discutindo suas implicações para a ciência social. Ao invés de tentar resumir esta literatura, concentrar-me-ei nas características chave do realismo, indicando alguns dos argumentos filosóficos em seu favor. r,..] Iniciaremos com algumas implicações da tese realista básica acerca da independência que o mundo tem de nosso conhecimento, introduziremos algumas características da ontologia (teoria do que existe) realista, incluindo suas distinções entre o real, o actual e o empírico, sua perspectiva acerca da estratificação do mundo e da natureza das propriedades emergentes. Passaremos, depois, para sua perspectiva distintiva de causação, sua inclusão de uma dimensão interpretativa de ciência social e sua adesão a um projeto de ciência social crítica, isto é, de uma ciência social que é crítica das práticas sociais as quais estuda. Na segunda parte do artigo, voltar-nos-emos para as abordagens realistas na pesquisa empírica e para uma breve discussão de exemplos tirados da prática.

• Este artigo foi originalmente publicado como o capítulo 1 de Andrew Sayer (2000), *Realism and Social Science*. Londres, Sage. O livro encontra-se disponível nos seguintes endereços: Sage Publications Ltd., 6 Bonhill Street, London EC2A 4PU, Inglaterra, Grã-Bretanha. A home page da editora é <http://www.sagepub.co.uk>. Gentilmente cedido pela editora e pelo autor para publicação em *Estudos de Sociologia*. Tradução de Cynthia Hamlin (UFPE), revisão de Eliane da Fonte (UFPE)

Abstract

I want to introduce critical realism by sketching some of the features which distinguish its approach to social science. There is of course a growing philosophical literature presenting and debating critical realism and rival philosophies and discussing its implications for social science. Rather than attempt to summarise such literature I will restrict myself to realism's key features, merely indicating some of the philosophical arguments in its favour. [...] We begin with some implications of the basic realist thesis of the independence of the world from our knowledge, introduce some features of critical realism's ontology (theory of what exists) including its distinctions between the real, the actual and the empirical, its account of the stratification of the world and of the nature of emergent properties. We then move on to its distinctive view of causation, its inclusion of an interpretive dimension to social science, and its endorsement of the project of critical social science, that is a social science which is critical of the social practices it studies. In the second part of the paper we turn to realist approaches to empirical research and a brief discussion of examples from practice.

As dimensões transitiva e intransitiva do conhecimento

Nós já nos referimos à tese realista básica acerca da independência do mundo de nossos pensamentos acerca dele. Isto relaciona-se à distinção fundamental, feita por Bhaskar (1975), entre as dimensões "intransitiva" e "transitiva" do conhecimento. Os objetos da ciência (ou outros tipos de conhecimento proposicional), no sentido das coisas que estudamos - processos físicos ou fenômenos sociais - formam a dimensão intransitiva da ciência. As teorias e discursos, como meios e recursos da ciência, são parte de sua dimensão intransitiva, embora, como parte do mundo social, elas também possam ser tratadas como objetos de estudo. Teorias e ciências rivais têm diferentes objetos transitivos (teorias sobre o mundo), mas o mundo a que elas dizem respeito - a dimensão intransitiva - é o mesmo; caso contrário, elas não seriam rivais (Collier, 1994: 51). Quando as teorias mudam (dimensão transitiva), isto não significa que aquilo com o que elas lidam (dimensão intransitiva) necessariamente muda também: não existe nenhuma razão para crer que a mudança de uma teoria da terra plana para uma teoria da terra redonda tenha sido acompanhada de uma mudança na forma da terra. As coisas são um pouco mais complicadas no que diz respeito ao mundo social, pois o mesmo é socialmente construído, inclui o próprio conhecimento e, neste sentido, não pode ser considerado como existindo independentemente de pelo menos um conhecimento prévio, embora seja mais plausivelmente dependente de um conhecimento passado do que do conhecimento de pesquisadores contemporâneos. Quando os pesquisadores mudam de idéia, é improvável que eles produzam mudanças significativas nos fenômenos os quais estudam. Na

maioria das vezes, os cientistas sociais desempenham o papel modesto de interpretar (*construing*), não de "construir" (*constructing*) o mundo social.

A distinção entre as dimensões intransitiva e transitiva da ciência implica que o mundo não deve ser reduzido à nossa experiência acerca do mesmo e, portanto, estritamente falando, é equivocado falar do "mundo empírico" (Bhaskar, 1975). O realismo crítico não deve, então, ser confundido com realismo empírico - equivalente ao empirismo - que identifica o real com o empírico, ou seja, com aquilo que nós podemos experimentar, como se o mundo correspondesse ao espectro dos nossos sentidos, sendo idêntico àquilo que experimentamos. O realismo crítico também não deve ser confundido com realismo literário, na medida em que o primeiro reconhece e enfatiza o caráter conceitualmente mediado ou teoricamente embasado da experiência, enquanto que o segundo o ignora.

O real, o actual e o empírico

O realismo empírico considera o mundo como consistindo de objetos atômicos observáveis, entre eles eventos e regularidades, como se os objetos não tivessem estruturas ou poderes e, em particular, nenhuma qualidade não-observável. O realismo crítico distingue não apenas entre o mundo e nossa experiência do mesmo, mas entre o real, o actual e o empírico, definindo estes termos de forma especial (Bhaskar, 1975)¹. Quando o realista crítico refere-se ao "real", isto não é feito de maneira a reclamar um conhecimento privilegiado do mesmo, mas para denotar duas coisas. Primeiro, o real é o que quer que exista, seja natural ou social, independentemente de ser um objeto empírico para nós e de termos uma compreensão adequada de sua natureza. Em segundo lugar, o real é o reino dos objetos, suas estruturas e poderes. Sejam físicos, como minerais, ou sociais, como burocracias, eles têm uma certa estrutura e poderes causais, isto é, capacidade de se comportarem de formas particulares, e tendências causais ou poderes passivos, isto é, susceptibilidades a certas formas de mudança. Na dimensão intransitiva da ciência, tentamos identificar estas estruturas e poderes, tais como as maneiras através das quais as burocracias podem processar muito rapidamente um grande volume de informação de rotina em virtude de sua estrutura (organização hierárquica, especialização e sistemas de preenchimento dos cargos, etc.). Da mesma maneira, indivíduos, em virtude de sua compleição física, personalidade e

¹ De maneira estrita, estas são as características daquilo que Bhaskar (1975) chamou "realismo transcendental", primordialmente, uma filosofia da e para a ciência natural. Realismo crítico é uma variante ou desenvolvimento desta, mas relativa à ciência social.

educação, são capazes de trabalhar; de fato, eles têm esta capacidade mesmo quando estão desempregados e desocupados. Realistas buscam, portanto, identificar tanto necessidade quanto possibilidade ou potencial no mundo - que coisas devem ir juntas e o que pode ocorrer, dada a natureza dos fenômenos.

Enquanto o real - nesta definição - refere-se às estruturas e poderes dos objetos, o actual refere-se ao que acontece se e quando estes poderes são ativados, àquilo que estes poderes fazem e ao que ocorre quando eles o são; como quando os poderes da burocracia são ativados e ela se engaja em atividades tais quais classificação e o envio de cobranças, ou quando uma pessoa anteriormente desocupada faz algum trabalho. Se tomarmos o exemplo da distinção marxista entre força de trabalho e trabalho, a primeira (a capacidade de desempenhar trabalho), juntamente com as estruturas físicas e mentais das quais ela deriva, é equivalente ao nível do real, enquanto que, o trabalho, entendido como o exercício deste poder, e seus efeitos, pertencem ao domínio do actual".

O empírico é definido como o domínio da experiência e, na medida em que a referência a ele é bem sucedida, ela pode ser feita com relação ao real ou ao actual", embora seja contingente (nem necessário, nem impossível) que nós conheçamos o real ou o actual. Enquanto que nós podemos observar coisas como a estrutura de uma organização ou uma unidade doméstica, assim como o que ocorre quando elas agem, algumas estruturas podem não ser observáveis. Observabilidade pode nos tornar mais confiantes acerca do que pensamos existir, mas a existência em si mesma não depende da observação. Em virtude disto, então, ao invés de confiar puramente em um critério de observabilidade para efetuar proposições acerca do que existe, os realistas também aceitam um critério causal (Collier, 1994). De acordo com isto, um caso plausível para a existência de entidades não-observáveis pode ser feita através da referência aos efeitos observáveis que só podem ser explicados como o produto de tais entidades. Tanto os cientistas naturais quanto os sociais fazem tais assertivas freqüentemente. Por exemplo, muitos lingüistas inferiram a existência de uma gramática generativa a partir da habilidade que as pessoas têm para construir sentenças novas, mas gramaticalmente

² A linguagem existe tanto no nível real - como geradora de gramáticas e vocabulários - quanto no nível actual - como fala (comunicação pessoal de Nonnan Fairclough).

³ Algumas concepções destes conceitos dão a impressão de que o domínio do empírico só pode expressar ou se referir a um subconjunto do actual, não ao real, de forma que estruturas e poderes são tratados como inobserváveis. Poderes ou potenciais não ativados são, obviamente, não observáveis, mas as estruturas em virtude das quais eles existem podem o ser (o corpo do trabalhador desocupado, por exemplo); observabilidade não é restrita ao que se move ou muda, pois pelo menos algumas estruturas podem ser observadas.

corretas.

Uma implicação crucial desta ontologia é o reconhecimento da possibilidade de que os poderes podem existir mesmo quando não exercidos, e, assim, que aquilo que aconteceu ou aquilo que se sabe ter acontecido, não exaure o que poderia ter acontecido ou tudo o que aconteceu. A natureza dos objetos reais possibilita e apresenta, em um tempo dado, restrições àquilo que pode acontecer, mas não predetermina o que ocorrerá. Uma ontologia realista torna, portanto, possível compreender como nós poderíamos ser ou tornarmo-nos coisas que atualmente não somos: o desempregado poderia tornar-se empregado, o ignorante, conhecedor, etc.

Estratificação e emergência

Ao distinguir o real, o actual e o empírico, o realismo crítico propõe uma "ontologia estratificada", em contraste com outras ontologias "achatadas", povoadas pelo actual, pelo empírico, ou por uma redução dos dois. Assim, o realismo empírico assume que aquilo que podemos observar é tudo o que existe, enquanto que o "actualismo" assume que o que ocorre de fato no nível dos eventos exaure o mundo, eliminando o domínio do real, dos poderes que podem ou ser ativados, ou permanecer dormentes. Além disso, o realismo crítico argumenta que o mundo é caracterizado pela emergência, isto é, situações nas quais a conjunção de duas ou mais características ou aspectos dão origem a novos fenômenos, os quais têm propriedades irreduzíveis àquelas de seus constituintes, ainda que estas últimas sejam necessárias à sua existência. O exemplo físico clássico deste fato são as propriedades emergentes da água, que são bastante diferentes daquelas de seus elementos constituintes, o hidrogênio e o oxigênio. Da mesma forma, fenômenos sociais são emergentes de fenômenos biológicos, que são, por seu turno, emergentes dos estratos físicos e químicos. Assim, a prática social da conversação depende do estado fisiológico dos agentes, incluindo os sinais enviados e recebidos em torno de nossas células nervosas, mas a conversação não é redutível a estes processos fisiológicos. Explicações reducionistas que ignoram propriedades emergentes são, portanto, inadequadas (Bhaskar, 1975).

Embora nós não precisemos voltar ao nível da biologia ou da química para explicar os fenômenos sociais, isto não significa que os primeiros não tenham efeito sobre a sociedade. Tampouco significa que podemos ignorar a maneira pela qual afetamos estes estratos, por exemplo, através da contracepção, medicina, agricultura e poluição. Conforme somos crescentemente lembrados hoje em dia, mas como Marx tornou claro em suas *Teses sobre Feuerbach* ao se referir à "atividade humana sensível", nós somos seres corpóreos, e a interação do social

com o físico precisa ser reconhecida".

No mundo social, os papéis e as identidades das pessoas são freqüentemente relacionadas internamente, de forma que o que uma pessoa ou instituição pode ou quer fazer depende de suas relações com outros. Assim, por exemplo, o que significa ser um professor não pode ser explicado no nível dos indivíduos, mas apenas em termos de suas relações com os estudantes, e vice-versa. Os poderes dos quais eles podem dispor dependem, em parte, de suas relações recíprocas e com partes relevantes do contexto, tais como instituições educacionais. Sistemas sociais comumente envolvem "dependências ou combinações [que] afetam causalmente os elementos ou aspectos, e a forma e estrutura dos elementos se influenciam causalmente e, portanto, também o todo" (Lawson, 1997: 64). Relações internas residem fora das fronteiras do positivismo, que sistematicamente representa a sociedade de forma equivocada ao apresentar tais fenômenos como redutíveis a indivíduos ou átomos independentes. Ao mesmo tempo, nós podemos ser afetados por coisas cuja existência e posição é apenas contingente ou externamente relacionada à nossa própria existência, por encontros casuais. As biografias de cada um de nós foram influenciadas por tais acidentes de forma crucial.

Em virtude da sensibilidade extrema das pessoas em relação aos seus contextos - que deriva particularmente de nossa habilidade de interpretar situações, ao invés de sermos simples e passivamente moldados por elas - os fenômenos sociais raramente têm a durabilidade de muitos dos objetos estudados pela ciência natural, tais quais minerais ou espécies. Quando elas são relativamente duradouras, como muitas instituições o são, isto, normalmente, é fruto de uma realização interna, produto de mudanças contínuas no sentido de se permanecer o mesmo ou, no mínimo, de manter certas continuidades através da mudança, e não resultado de um nada fazer. Consequentemente, não podemos esperar que as descrições da ciência social permaneçam estáveis ou não problemáticas ao longo do tempo e do espaço; neste sentido, uma preocupação com a conceituação é inteiramente esperada e, certamente, não é sinal de imaturidade científica.

Causação

Uma das características mais distintivas do realismo é sua análise da causação, que rejeita a visão humeana "sucessionista" que envolve regularidades

⁴ Esta complexidade das implicações da combinação de materialidade e emergência é especialmente importante para se resolver alguns dos problemas levantados nos debates recentes sobre essencialismo.

entre seqüências de eventos (Harré e Madden, 1975; Bhaskar, 1975). Nós já preparamos o terreno para uma interpretação realista ao fazer a distinção entre o real e o actual, quando introduzimos o conceito de poderes causais. Objetos são estruturas, ou parte de estruturas. "Estrutura" sugere um conjunto de elementos internamente relacionados cujos poderes causais, quando combinados, são emergentes daqueles de seus constituintes". Assim, estruturas hierárquicas podem possibilitar delegação e divisão de tarefas, vigilância e eficiência no trabalho.

Se estes poderes são de fato exercidos, depende de outras condições - no caso dos trabalhadores desempregados, se eles precisam se sustentar, se existem empregos, etc. Quando os poderes causais são ativados (como quando os trabalhadores trabalham), o resultado depende, mais uma vez, de outras condições (o tipo de contexto, ferramentas, etc.). Processos sociais também são, tipicamente, dependentes das interpretações que os atores têm uns dos outros, embora muito de desconhecido e de não-pretendido possa ocorrer.

Conseqüentemente, para os realistas, *causação não é* entendida com base no modelo de sucessões regulares de eventos e, portanto, a explicação não precisa depender de sua descoberta ou da procura de supostas leis sociais. O impulso convencional de provar causação através da coleção de dados que indiquem regularidade ou ocorrências repetidas é, portanto, equivocada; na melhor das hipóteses, estas regularidades podem sugerir onde buscar candidatos a mecanismos causais. O que causa a ocorrência de algo não tem nada a ver com o número de vezes em que observamos sua ocorrência'. A explicação depende da identificação de mecanismos causais, de como eles operam, e da descoberta de se eles foram ativados e sob que condições.

Movendo-nos na direção contrária, explicar porque um determinado mecanismo existe, envolve descobrir a natureza da estrutura ou objeto que possui aquele mecanismo ou poder: assim, o poder do professor de corrigir os trabalhos de seus alunos depende de seu conhecimento e qualificação; de ele ser aceito pela escola e pelo público como legítimo, etc.; o mecanismo de preço depende de estruturas de relações competitivas entre firmas produtoras que buscam o lucro,

5 Nem todas as estruturas sociais são grandes ou supra-individuais, como estruturas burocráticas ou estruturas de classe. Também existem estruturas intra-individuais e internalizadas, como estruturas cognitivas.

6 Imaginar que existe [uma relação entre estas coisas] constitui um exemplo do que Bhaskar chama de "falácia epistêmica", na medida em que se confunde uma questão ontológica - relativa ao que existe (causas) - com uma questão epistemológica acerca de como desenvolvemos conhecimento confiável, por exemplo, requerendo-se repetidas observações (Bhaskar, 1975).

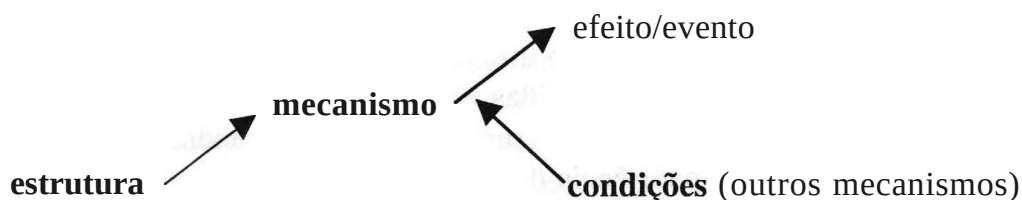
etc. Mais uma vez, é evidente, nestes exemplos, a dependência que as estruturas sociais têm, *inter alia*, de compreensões mútuas, em termos da aceitação do direito do professor de ensinar, e da compreensão do público do significado do dinheiro, no caso da competição de preços. Em outras palavras, em lugar do modelo positivista:

Figura 1

O realismo percebe a causação como:

$$\begin{array}{c} \searrow \text{Causa} \quad \searrow \text{efeito} \quad \swarrow \\ \quad \quad \quad \underline{\quad} \quad \quad \underline{\quad} \\ \text{regularidade} \end{array}$$

Figura 2



Apesar do caráter enigmático deste tipo de reconstrução filosófica, muitos mecanismos são *comuns*, freqüentemente identificados em termos de linguagem ordinária através verbos transitivos, como em "eles *construíram* uma rede de conexões políticas". Tanto na vida cotidiana quanto na ciência social, freqüentemente explicamos as coisas com referência a poderes causais.

Regularidades consistentes são prováveis de ocorrer apenas sob condições especiais, em "*sistemas fechados*". As condições de fechamento são, primeiro, que o objeto possuidor do poder causal em questão seja estável (condição intrínseca) e, segundo, que as condições externas nas quais o objeto esteja situado sejam constantes (condição extrínseca) (Bhaskar, 1975). Tais condições de "sistemas fechados" não ocorrem espontaneamente no mundo social, ou mesmo em grande parte do mundo natural, embora a ciência natural possa, freqüentemente, produzi-las artificialmente nos experimentos. Nos *sistemas abertos* do mundo social, o mesmo poder causal pode produzir resultados diferentes, de acordo com a maneira pela qual as condições de fechamento são quebradas; por exemplo, a competição econômica pode levar firmas a se reestruturarem e inovar, ou a fechar. Algumas vezes, mecanismos causais diferentes podem produzir o mesmo resultado; por

exemplo, você pode perder seu emprego por uma variedade de razões. Tais regularidades, como ocorrem nos sistemas sociais, são aproximadas e temporalmente limitadas e, normalmente, são o produto de esforços deliberados para produzi-las, através, por exemplo, do uso de instrumentos como regimes disciplinares que regulam o início e o fim da jornada de trabalho, ou de máquinas que marcam o ritmo do trabalho.

Porque os eventos não são pré-determinados antes que ocorram, mas dependem de condições contingentes, o futuro é aberto - as coisas podem ocorrer de muitas maneiras diferentes. No entanto, ao olhar retrospectivamente para as mudanças e explicá-las, é fácil imaginar que o que ocorreu foi sempre a única coisa que podia ter ocorrido; a retrospectão pode, às vezes, ser um benefício dúbio. Uma das tentações da explicação social é a de se suprimir o reconhecimento do fato de que, em qualquer instante, o futuro é aberto, as coisas podem ocorrer de forma diferente. Isto porque, na medida em que algo ocorre, as possibilidades são fechadas.

Sendo assim, existe mais no mundo do que padrões de eventos. O mundo tem profundidade ontológica: os eventos derivam da operação de mecanismos, que derivam das estruturas dos objetos, e estes localizam-se em contextos geo-históricos. Isto contrasta com abordagens que tratam o mundo como se ele não fosse mais do que padrões de eventos a serem registrados através da coleção de dados puntiformes relativos a "variáveis", e com a busca das regularidades entre estes eventos.

Nós notamos anteriormente que o mesmo mecanismo pode produzir diferentes resultados de acordo com o contexto ou, mais precisamente, de acordo com suas relações espaço-temporais com outros objetos. Estes mecanismos têm seus próprios poderes causais e tendências que podem disparar, bloquear ou modificar a ação dos objetos a que se referem. Dada a variedade e mutabilidade dos contextos da vida social, esta ausência de associações regulares entre "causas" e "efeitos" deve ser esperada. As causas e condições de qualquer mudança social particular tendem a se espalhar geográfica e temporalmente em relação ao ponto em que ocorreram. Isto é particularmente marcado na mudança *social* devido à memória. O que os atores fazem em um dado tempo é provavelmente afetado por disposições que foram "sedimentadas" em um estágio anterior, freqüentemente, em diferentes locais. Neste sentido, o passado e outros lugares (agora ausentes), estão presentes no aqui e agora (Stones, 1996: 49). Quanta diferença o contexto faz não pode ser especificado no nível da ontologia, dado que depende da natureza dos processos pelos quais [os atores] se interessam; [...] o interesse varia do "camaleônico" (*chameleon-like*), ao relativamente indiferente ao contexto ou independente dele.

Freqüentemente, dois ou mais objetos que são contingentemente relacionados,

no sentido de que podem existir um sem o outro, são postos em contato e interação (isto é, influenciam-se causalmente). Assim que isto ocorre, determinados mecanismos novos podem aparecer. Isto é algumas vezes chamado de "necessidade contingente", gerando uma certa confusão. Assim, é contingente que um time de futebol seja amador ou profissional, mas na medida em que se toma profissional, novas condições e demandas necessariamente aparecem, tais como a necessidade crescente de renda para cobrir o pagamento de seus empregados, seja através do dinheiro da bilheteria, presentes, propaganda, ou o que quer que seja. Mais uma vez, é contingente que ele levante verbas, tornando-se uma companhia pública, mas se o fizer, de acordo com as regras que governam os direitos dos acionistas, o time se torna susceptível à influência dos acionistas e à ameaça dos encampadores.

Tipicamente, os cientistas sociais não estão lidando somente com sistemas abertos, mas sistemas abertos nos quais existem muitas estruturas e mecanismos em interação. Isto cria o risco de se atribuir a um mecanismo (e a sua estrutura) efeitos que são de fato devidos a outro. Muitas das controvérsias da ciência social referem-se a problemas deste tipo, como as controvérsias relativas aos papéis respectivos do capitalismo e do patriarcalismo ao se considerar o fato de que o salário das mulheres é significativamente mais baixo do que o dos homens. Este problema da identificação de responsabilidade causal em sistemas abertos complexos pode ser melhor tratado, ou através do estudo de exemplos que forneçam contrastes etiológicos, tal como a ausência de uma condição comumente encontrada, ou se efetuando uma série de perguntas tipicamente realistas:

- O que a existência deste objeto/prática pressupõe? Quais suas pré-condições? Por exemplo, o que o uso do dinheiro pressupõe (confiança, um estado, etc.);
- O objeto A (ex.capitalismo) pode/poderia existir sem B (ex. patriarcalismo)? (Esta é uma outra forma de se descobrir as condições de existência de um fenômeno social);
- O que é, neste objeto, que o possibilita fazer certas coisas: ex. o que existe nas associações profissionais que as tomam aptas a aumentar os salários de seus membros? É o conhecimento especializado de seus membros, suas restrições à entrada na profissão, sua dominação pelos homens, etc.? (Naturalmente, podem haver diversos mecanismos trabalhando simultaneamente e talvez necessitemos encontrar formas de distinguir seus respectivos efeitos).

Note-se que estas questões dizem respeito a necessidade, não a regularidade. Elas nos ajudam a distinguir entre o que *pode* e o que *deve* ser o caso ao estabelecer certas pré-condições. Elas envolvem um pensamento contra-factual, e não associacionista; isto é, elas não revelam uma preocupação em se associar coisas que acontecem, pois isto pode ser um acidente, mas com a

determinação de se as associações poderiam não ter ocorrido. Assim, o capitalismo pode sempre, *regularmente*, ser encontrado juntamente com o patriarcalismo, mas não se segue disto que eles *tenham* que co-existir como pré-condições mútuas. O patriarcalismo antecede o capitalismo, e pode-se argumentar que o capitalismo poderia existir em uma sociedade não-patriarcal (Sayer, 1995). Ao responder estas perguntas, muito depende de como nós conceituamos os objetos (ex. o que nós queremos dizer com capitalismo e patriarcalismo? O que está incluído nestes termos?).

Efetuar estas perguntas realistas nos forçam a definir melhor nossos conceitos. Assim, se não temos certeza se uma relação entre A e B é necessária ou contingente (isto é, nem necessária, nem impossível), esta pergunta requer que especifiquemos o que há em A ou B que gostaríamos de questionar em relação ao *status* de suas relações". Buscar formular estas questões acerca das condições de existência dos nossos objetos de estudo é fundamental à teorização na ciência social (Sayer, 1992; Sayer, 1995: cap. 2).

Tais julgamentos são, certamente, falíveis; é contingente que nós conheçamos necessidade ou contingência, mas nenhuma filosofia da ciência pode prometer uma "estrada real para a verdade", e o realismo crítico não é uma exceção". Em alguma medida, os pesquisadores tendem a efetuar tais perguntas intuitivamente, não importando se se consideram realistas. No entanto, na prática, eu argumentaria

⁷ Alguns críticos do realismo têm reclamado que nem sempre é claro se uma relação é necessária ou contingente. Algumas vezes, isto é correto, mas quando é este o caso, torna-se claro que ainda temos que chegar a uma compreensão satisfatória da situação em questão e que é necessário um maior esforço no sentido de se conceituar adequadamente os objetos chave, antes que se possa decidir se os elementos em questão são interna ou externamente relacionados. Como qualquer filosofia da ciência, o papel do realismo crítico é somente, como Bhaskar coloca, o de um 'investigador dos subterrâneos (*underlabourer*) e parteira ocasional', e não o de um substituto à teoria e pesquisa substantivas. Além disso, alguma confusão pode ter resultado de um deslize no uso de dois sentidos diferentes de "contingente", isto é, "nem necessário, nem impossível", e "dependente", como em "x é contingente a y". Enquanto que é possível combinar estes dois sentidos que são virtualmente opostos, eu prefiro não o fazer, restringindo-me ao uso do termo no primeiro sentido indicado. Pode-se fazer isto ao mesmo tempo em que se reconhece que todo fenômeno, seja contingentemente relacionado ou não, tem suas respectivas causas e condições: contingente não significa "não-causado".

⁸ Alguns críticos parecem esperar o contrário. Archer (1987), por exemplo, refere-se à minha idéia de que é contingente que conheçamos necessidade ou contingência como sendo um problema fatal para uma filosofia realista.

que poucos pesquisadores vão muito longe em questionamentos deste tipo. Além do mais, a filosofia da ciência e o ensino dos métodos ortodoxos ativamente desencorajam tais questionamentos ao priorizar a busca de regularidades e a predição, independentemente do *status* destas regularidades. Conforme veremos mais adiante, isto tem conseqüências desastrosas para a pesquisa.

A dimensão interpretativa ou hermenêutica

O realismo crítico reconhece que os fenômenos sociais são intrinsecamente significativos e, portanto, que o significado não é apenas uma descrição exterior dos fenômenos sociais, mas constitutivo dos mesmos (embora, obviamente, também existam constituintes materiais). Significado deve ser compreendido, não podendo ser medido ou contado e, assim, sempre existe uma dimensão interpretativa ou hermenêutica na ciência social. Isto aparece mais obviamente em etnografia e análise do discurso, mas também é requerido, embora freqüentemente desconsiderado, mesmo na análise de sistemas como economias de mercado, na medida em que eles também pressupõem que os atores compreendam mutuamente suas ações. Isto significa que o realismo crítico é apenas parcialmente naturalista, pois, embora a ciência social possa usar os mesmos métodos que a ciência natural no que se refere à explicação causal, ela também deve divergir desta última no que se refere ao uso do *Verstehen* ou compreensão interpretativa". Enquanto que os cientistas naturais necessariamente têm que entrar no círculo hermenêutico de sua comunidade científica, os cientistas sociais também têm que entrar naquele dos atores os quais estudam. Em outras palavras, a ciência natural opera em uma única hermenêutica, enquanto os cientistas sociais operam em uma dupla hermenêutica. Estes ciclos implicam um movimento de mão dupla, uma "fusão de horizontes" entre falante e ouvinte, entre pesquisador e pesquisado, de acordo com o qual as ações e textos deste último nunca falam por si mesmos, ainda que

⁹ Parece-me que a concessão de Bhaskar ao **anti-naturalismo** é desnecessariamente depreciada, como se houvesse algum tipo de perda de *status* ao se distanciar dos métodos das ciências naturais (Bhaskar, 1979). A dimensão hermenêutica também é minimizada na concepção de realismo crítico de Andrew Collier (1994: 247-8). De fato, ele chega perto de negar que o significado é constitutivo da prática social. Isto é lamentável, na medida em que enfraquece o apelo do realismo àqueles cujos maiores esforços de pesquisa dizem respeito a um trabalho interpretativo. Para os realistas, os métodos deve ser apropriados aos seus objetos, e não há necessidade de se apegar ao naturalismo mais do que é apropriado. Para a mais completa análise da dimensão interpretativa da ciência social, veja Stones, 1996.

também não sejam redutíveis à interpretação que o pesquisador tem deles.

Significados relacionam-se a circunstâncias materiais e contextos práticos nos quais a comunicação ocorre e aos quais se faz referência. Então, embora endossando muito da hermenêutica, o realismo insiste:

- a) nos ambientes e embasamentos materiais da interação comunicativa e,
- b) na presença de uma dimensão material, não discursiva, da vida social".

Embora seja comum ver a ciência natural como apresentando todas as vantagens em relação à possibilidade do uso de experimentos e em não ter que lidar com objetos significativos, pode-se olhar a ciência social como tendo uma vantagem compensatória, nomeadamente, a de que, na medida em que os fenômenos sociais são dependentes das concepções que os atores têm deles, nós já temos um "acesso interno" a estes fenômenos, ainda que este acesso seja falível (Bhaskar, 1979).

Embora o realismo divida com a ciência social interpretativa a visão de que os fenômenos sociais são conceito-dependentes e têm que ser entendidos, contrariamente ao interpretativismo, o realismo argumenta que isto não elimina a explicação causal,

- a) porque a mudança material na sociedade também tem que ser explicada e,
- b) porque razões também poder ser causas, na medida em que elas nos impelem a fazer coisas, pensar de maneira diferente, etc.

Em outras palavras, o realismo possui uma concepção mais alargada de causação do que é costumeiro, na medida em que não assume que todas as causas devem ser físicas. À primeira vista, isto pode parecer desconcertante, mas sua negação é absurda na medida em que implicaria a irrelevância causal das razões (Bhaskar, 1979; 1989), como se, por exemplo, quando colocamos um x ao lado do nome de alguém em uma cédula eleitoral, isto não tivesse nada a ver com o uso da razão relativamente à política, aos candidatos, etc.

Ações sempre pressupõem recursos pré-existentes e meios, muitos dos quais apresentam uma dimensão social irreduzível às propriedades dos indivíduos; assim, falar pressupõe uma língua; uma língua, uma comunidade e recursos materiais, como cordas vocais ou outros meios de se efetuar sons inteligíveis; abrir uma conta bancária pressupõe bancos, dinheiro e regras que governam empréstimos, etc. Ainda que estes recursos e estruturas sociais sejam, eles próprios, produto de ações (não há estruturas sem ações), isto não significa que estruturas e ações possam ser reduzidas umas às outras. Assim que se olha para elas no

10 O papel dos referentes é freqüentemente desconsiderado em discussões pós-modernas da significação, de maneira que os significados parecem não ter qualquer relação com eles.

tempo - tendo-se em mente que elas não podem ser atemporais - então se torna claro que as ações pressupõem um conjunto já existente de estruturas que incluem sentidos compartilhados, apesar de estas estruturas deverem sua existência ao fato de que, em um tempo anterior (t-1), as pessoas reproduziram ou transformaram estruturas existentes em um tempo t2 (t-2), através de suas ações que foram, por seu turno, possibilitadas e restringidas por estas últimas (Archer, 1995).

Por que realismo crítico?

O realismo *crítico* oferece um denominador para a ciência social crítica, isto é, uma ciência social que é crítica em relação às práticas sociais que estuda, assim como a outras teorias. Bhaskar, em particular, tem argumentado que a ciência social tem um potencial emancipatório (1986). As práticas sociais são informadas por idéias que podem ou não ser verdadeiras, e o fato de elas serem verdadeiras ou não pode ter alguma influência naquilo que acontece. Assim, relações de gênero são geralmente informadas e reproduzidas através da crença de que gênero é algo natural, e não produto da socialização, de maneira que as desvantagens sofridas pelas mulheres são implicitamente percebidas como desvantagens naturais. Cientistas sociais que meramente reproduziram esta explicação de maneira acrítica, falharam em seu entendimento de gênero. Para explicar tais fenômenos, deve-se reconhecer esta dependência que as ações têm dos significados compartilhados e, ao mesmo tempo, demonstrar em que aspectos estes significados são falsos, se o são. Se as perspectivas científico-sociais diferem das dos atores, então os cientistas sociais não podem senão ser críticos do pensamento e ação leigos. Além disso, como Bhaskar argumenta, identificar compreensões sociais como falsas e, portanto, as ações informadas por elas como falsamente embasadas, implica em que (*ceteris paribus*) estas crenças e ações devem ser mudadas.

Realismo e métodos de pesquisa empírica

Comparado ao positivismo e ao interpretativismo, o realismo crítico endossa, ou é compatível com, uma gama relativamente ampla de métodos de pesquisa, mas tem implícito que as escolhas particulares devem depender da natureza do objeto de estudo e daquilo que se quer apreender acerca do mesmo. Por exemplo, a etnografia e as abordagens quantitativas são radicalmente diferentes, mas cada uma pode ser apropriada para tarefas diferentes e legítimas: a primeira pode ser utilizada para pesquisar as normas e costumes de um grupo, a segunda, para pesquisar o fluxo do comércio mundial. Mais importante, talvez, é que os realistas

rejeitam receitas metodológicas que levam as pessoas a imaginar que se pode fazer pesquisa simplesmente aplicando estas receitas, sem que se tenha um conhecimento relativamente aprofundado do objeto em questão.

Os objetos que os cientistas sociais estudam, sejam guerras, discursos, instituições, atividades econômicas, identidades, relações de parentesco, ou o que quer que seja, são concretos no sentido de que são produto de componentes e forças múltiplas. Sistemas sociais são sempre abertos e, normalmente, complexos e "desorganizados" (*messy*). Contrariamente ao que ocorre em algumas das ciências naturais, não podemos isolar estes componentes e examiná-los sob condições controladas. Temos, assim, que nos basear na abstração e conceituação cuidadosa a fim de tentarmos isolar os diversos componentes ou influências em nossas mentes e, apenas depois disso e de considerarmos como estes componentes combinam-se e interagem, podemos esperar retornar ao objeto concreto e multifacetado a fim de compreendê-lo. Muito se baseia na natureza de nossas abstrações, isto é, em nossas concepções de componentes particulares e uni-dimensionais do objeto concreto; se estas abstrações dividem o que é, na prática, indivisível, ou se elas reduzem a um só componentes diferentes e separados, então é provável que surjam problemas. Muito depende das formas de abstração que utilizamos, da maneira de talharmos e definirmos os objetos que estudamos (Sayer, 1992: cap 3). Infelizmente, o grosso da literatura metodológica da ciência social ignora completamente esta questão fundamental, como se se tratasse, simplesmente, de uma questão de intuição. Assim, muitos tipos de pesquisa social operam com categorias utilizadas em estatísticas oficiais, ainda que estas categorias sejam frequentemente baseadas em abstrações pobres ou incoerentes. Considere-se a categoria "serviços" como utilizada, por exemplo, no termo "o setor de serviços". Espera-se, neste último termo, identificar atividades que tenham alguma coisa em comum e que se comportam de maneira semelhante quando, de fato, o termo engloba atividades econômicas que não permitem tal identificação, como transporte, serviços de estética corporal, turismo, seguros e *catering*. Não é nada surpreendente que a categoria não possua o peso explanatório que muitos pesquisadores são tentados a atribuir a ela - por exemplo, serviços como a base da "sociedade pós-industrial"- e que os resultados de tais pesquisas sejam inconclusivos e/ou enganadores. Esta é, como Marx colocou, uma "concepção caótica". Nenhum grau de sofisticação em métodos de pesquisa pode compensar tais abstrações malfeitas. Apenas se atribuirmos uma maior ênfase aos problemas de formação de conceitos e buscarmos os tipos de questões realistas esboçadas anteriormente, poderemos evitar tais armadilhas.

Como notamos anteriormente, dada a presença de sistemas e causas múltiplas nas coisas que estudamos, assim como a possibilidade de causas diferentes produzirem os mesmos efeitos, sempre existe um risco de relações causais mal

atribuídas. Lembremos nosso exemplo anterior da explicação do poder das associações profissionais. É fácil pensar em diversos mecanismos possíveis - a operação de uma loja fechada, as vantagens advindas da atuação de especialistas peritos, poder patriarcal, a defesa do público geral, etc. Pode haver mais do que um mecanismo operando conjuntamente, mas isto é o que temos de decidir se queremos ter certeza de não estarmos atribuindo responsabilidades causais equivocadas. A atribuição adequada de relações causais requer abstração e um projeto de pesquisa que seja gerado de forma a identificar tais possibilidades.

Na medida em que os pesquisadores estão preocupados com discursos e qualidades significativas de práticas sociais, a compreensão destes não é uma questão de abstração seguida de síntese concreta, mas de interpretação. No entanto, os realistas adicionariam a isto que, para interpretar os significados subjetivos, temos que relacionar seu discurso aos seus referentes e contextos. Também se faz necessário lembrar que a realidade social é apenas em parte como um texto. Muito do que acontece não corresponde à compreensão dos atores; existem conseqüências não-pretendidas e condições não reconhecidas, e as coisas podem ocorrer às pessoas independentemente de sua compreensão.

O desenho da pesquisa também requer reflexão acerca de como abstraímos. Isto pode ser ilustrado com referência às diferenças entre projetos intensivos e extensivos (para uma discussão mais detalhada, veja tabela I e cap. 9 do meu *Method in Social Science*). Estes desenhos têm propósitos diferentes, mas podem ser complementares em alguns projetos de pesquisa. Tradicionalmente, fora da antropologia e talvez da história, métodos extensivos foram tomados como a norma para a pesquisa social. Tais métodos buscam regularidades, na crença de que um grande número de observações repetidas fornecer-nos-ão relações significativas. Neles, identifica-se a população e define-se os grupos de maneira taxonômica, com base em atributos comuns (ex. mulheres brancas acima de 60 anos; casas que valem menos do que 50.000,00 libras), e procura-se as relações quantitativas entre as variáveis. Isto ignora ou não considera diretamente os grupos *causais* nos quais indivíduos particulares (pessoas, instituições, etc.) estão, 'de fato, envolvidos, isto é, os grupos ou redes de pessoas, instituições, discursos e coisas específicas com os quais eles interagem.

Tabela 1. Pesquisa intensiva e extensiva: um resumo de A. Sayer (1992), *Method in Social Science*. Londres, Routledge, p. 243.

	Intensiva	Extensiva
Pergunta da pesquisa	Como um processo opera em um caso particular ou em um pequeno número de casos? O que produz uma dada mudança? O que os agentes de fato fizeram?	Quais as regularidades, os padrões comuns, as características distintivas de uma população? O quão amplamente determinadas características ou processos são distribuídos ou reoresentados?
Relações	Relações substanciais de conexão.	Relações formais de similaridade.
Tipos de grupos estudados	Grupos causais	Grupos taxonômicos
Tipos de respostas produzidas	Explicação causal da produção de certos objetos ou eventos, embora não necessariamente dos processos ou eventos representativos.	Generalizações descritivas "representativas", carentes de penetração explanatória.
Métodos típicos	Estudo de agentes individuais em seus contextos causais, entrevistas interativas, etnografia, análise qualitativa.	Enquetes de larga escala de população ou de amostra representativa, questionários formais, entrevistas padronizadas. Análise estatística.
Limitações	Padrões concretos reais e relações contingentes dificilmente serão "representativas", "médias" ou generalizáveis. As relações necessárias descobertas existirão onde quer que seus elementos correlatos estejam presentes, por exemplo, os poderes causais dos objetos são generalizáveis para outros contextos na medida em que são características necessárias daquele obietos,	Embora representativos de uma população inteira, são dificilmente generalizáveis para outras populações, em diferentes tempos e lugares. O problema da falácia ecológica ao se fazer inferências sobre os indivíduos. Poder explanatório limitado,
Testes apropriados	Corroboração.	Replicação.

Uma abordagem intensiva começaria pelos indivíduos (mais uma vez, não necessariamente pessoas individuais), traçaria as principais relações causais

(inclusive discursivas) nas quais eles entram e estudaria sua natureza qualitativa, assim como seu número. Pode não ser possível definir estes grupos causais no início da pesquisa e, de fato, descobri-los e estudar sua operação pode ser um componente chave ou o objetivo da pesquisa. Como o nome sugere, pesquisa extensiva mostra-nos, principalmente, o quão extensos são certos fenômenos e padrões em uma população. A pesquisa intensiva preocupa-se, primariamente, com o que faz certas coisas ocorrerem em casos específicos ou, de maneira mais etnográfica, que tipo de universo de significado existe em uma situação particular. Note, no entanto, que a distinção intensiva/extensiva não é idêntica à distinção *survey/estudo* de caso: abordagens extensivas podem ser usadas em estudos de caso; abordagens intensivas, não precisam ser limitadas a casos únicos e podem utilizar métodos não-etnográficos.

Pesquisa intensiva e extensiva apresentam forças e fraquezas complementares, como a tabela sugere. Pesquisa intensiva é forte em explicação causal e na interpretação de significados em seus contextos, mas tende a consumir muito tempo, de forma que, normalmente, só se pode lidar com um pequeno número de casos. No entanto, contrariamente a um preconceito popular, a validade da análise destes casos e sua representatividade em relação a grandes números são questões inteiramente separadas; a adequação de uma análise de um caso único não tem nada a ver com quantos outros casos semelhantes existem. Pesquisas extensivas nos dizem coisas a respeito da extensão ou dimensões quantitativas de certas propriedades e relações, mas estas últimas não são, necessariamente, relações causais, e seu valor explicativo é mínimo. Tentativas de utilizá-las como uma forma de gerar explicações são minadas pela teoria causal sucessionista implícita a estas abordagens, que se torna evidente pela sua dependência da idéia de encontrar regularidades em dados puntiformes. De maneira significativa, explicações estatísticas não são explicações em termos de mecanismos, mas apenas descrições quantitativas de associações formais (e não substanciais) (Sayer, 1992).

Para ilustrar a diferença entre pesquisa extensiva e intensiva, imagine pesquisadores marcianos que nunca viram um corpo humano antes e que se colocam a tarefa de compreender como ele funciona. Aqueles marcianos que adotam a pesquisa extensiva selecionariam uma amostragem aleatória de elementos do corpo inteiro e procurariam regularidades empíricas entre eles, argumentando que isto geraria uma imagem "representativa", a partir da qual seria seguro fazer generalizações. Os pesquisadores intensivos começariam de um ponto particular - pode não importar qual - mas seguiriam as conexões que o órgão ou parte do corpo em questão têm com outras partes do corpo, construindo assim representações do sistema ou estrutura do corpo. Toma-se claro que os pesquisadores intensivos estariam mais propensos a gerar explicações acerca dos mecanismos corporais e não estariam muito preocupados com as acusações de que seu trabalho não é

representativo do corpo como um todo. A pesquisa extensiva, informada por uma teoria da causalção sucessionista e, portanto, preocupada em encontrar regularidades entre eventos ou variáveis atomísticas, busca, principalmente, semelhanças e diferenças formais, em detrimento de conexões substanciais. A pesquisa intensiva procura determinar relações substanciais de conexão e situa a sua prática em contextos mais amplos, iluminando, assim, relações parte-todo.

Exemplos de pesquisa realista

Fornecerei, agora, alguns breves exemplos de uma abordagem realista na prática da ciência social.

O primeiro exemplo é tirado de uma pesquisa de Ray Pawson e Nick Tilley sobre a avaliação dos programas de políticas públicas, tais como medidas preventivas (Pawson e Tilley, 1997). A pesquisa avaliativa é um tanto especializada no que se refere às questões que coloca, mas fornece um exemplo bastante mais simples de pesquisa realista que outras pesquisas, constituindo-se, portanto, como um bom lugar para começar. Pawson e Tilley iniciam com uma crítica realista da abordagem avaliativa ortodoxa, de caráter quase-experimental. Esta crítica baseia-se na busca por regularidades e na comparação de resultados em grupos experimentais e de controle. De fato, aquela abordagem pressupõe um sistema fechado no qual uma relação regular é esperada entre o evento causa (a implementação do programa) e seus efeitos. Ela pressupõe, assim, uma teoria causal sucessionista. Na verdade, programas sempre são introduzidos em sistemas abertos. Ambas as condições de fechamento apontadas anteriormente são violadas, de forma que a duração de quaisquer regularidades são improváveis: é mesmo improvável que o programa, em si, seja estável, dado que depende de como os atores o interpretam e implementam (condição intrínseca), e que o contexto no qual ele é implementado é variável e dependente das respostas dos outros atores ao programa. De forma pouco surpreendente, a taxa de sucesso desta abordagem ortodoxa, no sentido de gerar lições que possam ser aplicadas em outras situações, é mínima, e a desilusão é generalizada. Em contraste com isto, uma abordagem realista pressupõe sistemas abertos e um modelo de causalção segundo o qual os resultados da ativação de mecanismos (ex. programas de prevenção ao crime) sempre dependem de contextos específicos. As políticas sempre funcionam através das percepções e escolhas dos atores, e a resposta apropriada das pessoas depende de muitas circunstâncias possíveis, passíveis de variação intra - e entre - casos, as quais os pesquisadores devem tentar identificar. Assim, contrariamente à visão ortodoxa da pesquisa avaliativa, não se trata de uma aplicação mecânica de ferramentas padrão, de acordo com a qual o conhecimento concreto e uma pesquisa

prévia do fenômeno em questão é irrelevante; ao contrário, é fundamental ter um conhecimento relativamente profundo do objeto, assim como efetuar uma pesquisa acerca de contextos e aplicações particulares.

É pouco provável que progresso, em termos de conhecimento acumulativo, derive da replicação de estudos ortodoxos quase-experimentais, efetuados na esperança de se produzir descobertas universalmente aplicáveis através de regularidades empíricas entre programas e resultados. Ao invés disso, o progresso pressupõe pesquisa intensiva, movimentos repetidos entre o concreto e o abstrato, por um lado, e entre casos empíricos e teoria geral, por outro.

No exemplo dos programas de prevenção de crimes, os criminosos têm certas capacidades e escolhem cometer crimes. O programa envolve mecanismos tais como medidas de vigilância e de segurança, com vistas a desativar o comportamento criminal, ou a bloquear sua realização. (Note-se que, apesar da metáfora mecânica, reconhecemos amplamente que tais mecanismos podem ser ativados pelas razões dos atores). A maneira pela qual os dois conjuntos de mecanismos operam, se operam, dependem de condições contextuais nas quais o crime e o programa situam-se. Assim, por exemplo, o sucesso de programas que solicitam informação do público dependerão da cultura local, de se esta cultura é altamente privada ou relativamente comunal, e assim por diante. A pesquisa visa, assim, identificar e explicar diversas combinações de contextos, mecanismos e resultados e, dada a abertura e complexidade dos sistemas sociais, a lista de possibilidades é provavelmente bastante longa. Nenhum mecanismo, ou conjunto de mecanismos, especialmente aqueles não incluídos no programa, deve ser considerado como uma caixa preta. Sua identificação não é uma questão de se encontrar regularidades mais específicas ou *clusters* de associações estatísticas, pois isto não explicaria os mecanismos em questão, mas apenas redefiniria o problema. A explicação requer, na maioria dos **casos**, pesquisas quantitativas e qualitativas, de forma que se descubra o raciocínio (*reasoning*) e circunstâncias dos atores em contextos específicos - não em abstração a eles. Responder-se questões quantitativas acerca do número de atores e outros fenômenos relevantes com atributos específicos também pode ser importante, mas isto é bastante diferente de se compreender os mecanismos em questão.

Este é um exemplo limitado de explicação realista na medida em que ele foca, primariamente, como, e sob que circunstâncias, os mecanismos políticos podem bloquear mecanismos como atos criminosos, e não em estruturas e circunstâncias das quais estes mecanismos derivam. No entanto, uma análise realista-crítica iria além disso, de forma a considerar tais questões. De fato, é isto que seu modelo explicativo sugere.

Um segundo exemplo, baseado em uma pesquisa minha com Kevin Morgan (Sayer e Morgan, 1986; Morgan e Sayer, 1988), diz respeito à explicação das

diferenças no desempenho de firmas em uma mesma indústria, intra - e entre - regiões¹¹. O desenvolvimento econômico de uma região é, invariavelmente, altamente desigual, com variações nas regiões, não apenas em termos de crescimento ou declínio, mas nos tipos de atividade econômica que elas contêm. Este é o caso mesmo em uma indústria singular que opera em diversas regiões. Tentativas de se explicar este fato são normalmente baseadas em pesquisas extensivas, a partir das quais se classifica as firmas em termos de grupos taxonômicos, como a indústria eletrônica, na esperança de se encontrar regularidades no seu comportamento, como a correlação entre crescimento empregatício e disponibilidade de mão-de-obra barata. Tais regularidades são raramente encontradas devido à abertura daqueles sistemas. Uma resposta comum a isto consiste em se desagregar a população em categorias mais específicas, no caso em questão, produtos eletrônicos de consumo, de componentes, de defesa, etc. Na medida em que estas categorias correspondem a diferentes tipos de firmas que operam sob condições diferentes, tal classificação pode ajudar a esclarecer o estado das coisas, mas independentemente de quão pequenas sejam as categorias ou os grupos taxonômicos, ainda se está lidando com partes de sistemas abertos nos quais tanto os atores principais quanto seus ambientes estão mudando continuamente.

Muito cedo, na pesquisa, mudamos de pesquisa extensiva para pesquisa intensiva, começando pelas firmas principais e situando-as em seus grupos causais, e não taxonômicos. Duas firmas no mesmo grupo taxonômico - por exemplo, eletrônica de consumo - pode operar em grupos causais bastante diversos, interagindo com diferentes instituições, sob diferentes condições. Rastrear estas conexões para grupos causais mais amplos aumentou a carga de informação, mas, de fato, tornou a explicação muito mais fácil - foi fácil iluminar a questão - porque estávamos explicando o comportamento com referência às condições concretas nas quais ele estava situado, e não com referência a uma semelhança formal com outras firmas no mesmo grupo taxonômico. Assim, para muitas firmas, mão-de-obra barata não estava em questão porque elas não usavam trabalho desqualificado. A produtividade e eficácia de sua mão-de-obra qualificada era mais importante do que seu custo, na medida em que estas firmas competiam, fundamentalmente, através da introdução de novos produtos e serviços, e não

11 Esta pesquisa seguiu a tradição de pesquisa industrial inicialmente estabelecida por Massey e Meegan (1982). Para um debate relativo ao uso apropriado de métodos intensivos e extensivos em tópicos semelhantes, veja Keeble (1980) e Sayer (1981). Para um excelente, e mais recente, exemplo de abordagem realista no mesmo campo de pesquisa, veja o trabalho de Nick Henry sobre distritos industriais (Henry, 1992).

através da redução no preço de produtos estabelecidos no mercado. Além disso, em alguns casos, a mudança técnica alterava a importância da mão-de-obra barata através da automação. Tanto as firmas quanto o ambiente no qual elas operavam mudaram ao longo do tempo, e a operação dos mecanismos dependia das interpretações dos atores, algumas vezes, interpretações contestadas, de forma que era importante descobrir como os atores compreendiam sua situação. Conseqüentemente, fazia pouco sentido esperar encontrar regularidades empíricas duradouras. Mas ao utilizarmos uma abordagem intensiva, ao efetuarmos questões qualitativas acerca de relações chave e de como os mecanismos operavam, não foi difícil encontrar explicações.

Desta maneira, foi possível investigar a maioria das principais firmas nas regiões de interesse e, ao final, nós pudemos não apenas entender alguns poucos casos, mas as tendências principais. Como no exemplo anterior, o contexto foi crucial. A pesquisa extensiva é indiferente ao contexto porque baseia-se em um modelo de pesquisa quase-experimental nas quais o contexto é homogeneizado ¹².

Aqueles que assumem que métodos de pesquisa extensiva constituem a única abordagem "científica" legítima, freqüentemente supõem que a pesquisa intensiva deve levar a resultados únicos, de interesse local, e não generalizáveis. No entanto, grupos causais não são necessariamente locais. De fato, na pesquisa acima, tais grupos envolveram redes e mercados globais que a pesquisa extensiva, com suas pretensões de produzir resultados "representativos", usualmente ignoram. Ao olhar os objetos em seus grupos taxonômicos, chega-se a um tipo de imagem representativa, mas como nosso exemplo do marciano mostrou, a população da qual ele é representativo pode ser apenas um artefato da pesquisa, ignorando os grupos causais relevantes aos atores. Ao se situar os atores em grupos causais, a pesquisa intensiva provê uma janela para entidades maiores, mostrando como a parte é relacionada ao todo; neste sentido, não pode ser de interesse puramente local.

Narrativas de mudança histórica apresentam problemas mais difíceis para a pesquisa social. Um trabalho realista-crítico interessante nesta área refere-se à revisão de estudos sobre a política britânica pós-guerra, desenvolvida por Marsh et al. (1998). Seu propósito foi expor e discutir alguns problemas padrão que surgem no desenvolvimento de narrativas de mudança política. Eles criticam, sobretudo, abordagens reducionistas ou unilaterais que tentam explicar o todo em termos de uma parte ou tema único, tal qual o declínio da economia britânica em termos de uma cultura anti-industrial, ou o thatcherismo em termos da personalidade e estilo

¹² Muitos métodos estatísticos básicos foram desenvolvidos em estudos experimentais (ex. horticultura), nos quais as condições acima podem ser artificialmente produzidas.

da Sra. Thatcher'ê, Tal reducionismo invariavelmente resulta na má atribuição causal e em um contrabando de elementos de outros processos que contribuem para o processo em questão, como se fossem parte integrante da parte selecionada. Em contraste, Marsh et al. defendem uma abordagem multi-dimensional baseada numa síntese dos elementos mais significativos, cada um dos quais é analisado abstratamente e depois combinados em um movimento de retorno ao concreto, determinando, ao mesmo tempo, sua evolução e interação no tempo e no espaço. A síntese deve ser mais do que uma coleção de fatores e eventos significativos; deve-se especificar como os diversos elementos são, de fato, articulados.

Problemas típicos referem-se a abstrações suspeitas, tais quais o pressuposto de que o estado relaciona-se externamente com a economia, quando o estado é, ele próprio, um agente econômico fundamental, assim como à negligência da forma como os elementos identificados em tais abstrações se desenvolvem, mudando seus poderes. Assim, em relação ao último problema, Marsh et al. criticam aquelas análises que concebem o thatcherismo como fixo e unificado quando, de fato, a mera identificação de um conjunto de idéias e movimentos sob um nome único como thatcherismo pode envolver, na melhor das hipóteses, pressupostos um tanto heróricos e, na pior, a falácia da concretude deslocada (*jallacy of misplaced concreteness*).

Narrativas históricas também devem relacionar de maneira satisfatória o ideal e o material. Idéias, formas de pensar, paradigmas políticos, todos podem produzir mudança. Por exemplo, alguns comentadores argumentam que a globalização não é tanto uma força inexorável que se impõe aos governos nacionais, mas um discurso usado por aqueles governos para reduzir suas responsabilidades. Que tais discursos podem se tornar efetivos, depende de sua adequação prática, de como eles se relacionam às oportunidades e restrições do contexto nos quais eles são propostos. Sendo realistas, Marsh et al. não reduzem a globalização a nada além de um discurso, mas argumentam que, pelo menos em parte, o discurso lida com algo real. Igualmente, não basta mencionar a vontade e as ações de indivíduos e instituições chave, como se isto fosse o bastante para produzir mudança, pois sua eficácia depende de como estas vontades e ações relacionam-se a discursos mais amplos e às possibilidades cambiantes e desiguais do contexto. Aqui, eles endossam a "abordagem estratégica relacional" de Jessop (1990), que diz respeito a como os atores, ações e contextos articulam-se. Nós precisamos conhecer não apenas quais eram as estratégias principais dos atores, mas o que,

13De maneira semelhante, eles rejeitam, como uma receita certa para o erro, o ideal de uma explicação instrumentalista que prioriza a parcimônia, como é comum na economia neo-clássica.

no contexto, possibilitou o sucesso ou fracasso das mesmas. Isto é consistente com o conceito realista de causação e requer a colocação das perguntas realistas acerca das condições necessárias e suficientes mencionadas anteriormente, de forma que se possa decidir acerca de que elementos de um certo contexto possibilitaram o sucesso de uma determinada ação. Frequentemente, o sucesso ou insucesso das estratégias dos agentes pode ter pouco ou nada a ver com suas razões e intenções.

Agência e estrutura também devem ser articuladas. Existem abordagens que enfatizam a agência e são relativamente silenciosas acerca da estrutura¹⁴; muita pesquisa de arquivo cai na armadilha de se reduzir o contexto às interações entre os agentes principais, ignorando questões como mudança na economia ou na opinião pública e as estruturas nas quais os agentes agem. De maneira oposta, os agentes são excluídos de muitas das concepções de desenvolvimento da Grã-Bretanha do pós-guerra; por exemplo, concepções que enquadram a questão em termos do modelo anglo-americano de capitalismo adotado pela Grã-Bretanha, com seu modelo de curto-prazo, dividendos altos, ameaças contínuas de *takeovers*, e baixos níveis de investimento. Como tantas outras concepções parciais, isto identifica elementos importantes, mas deixa de lado os atores políticos e é essencialmente economicista. Marsh et al. mostram que não é raro que tais narrativas alternem entre tratamentos exageradamente estruturais do passado histórico e concepções voluntarísticas do passado recente. Que isto é facilmente executado e ainda pode parecer persuasivo, mostra tanto o poder quanto os perigos das narrativas.

A mudança social é evolutiva - dependente de posições anteriores (*path-dependent*), ainda que contingente; moldada por legados, ainda que afetada por processos e condições contingentemente relacionados. Assim, a fraqueza da economia britânica no início dos anos 70, que derivou de deficiências antigas, tais como o sub-investimento e a falta *demarketing*, a falta de treinamento e exposição a mercados competitivos, foi exposta no evento contingente representado pela crise do petróleo de 1973 que se seguiu à guerra do *Yom Kippur*.¹⁵ O comportamento é tanto seletivo quanto adaptativo; mais uma vez, precisamos compreender o que está em jogo, nos sujeitos e nos contextos, no sentido de possibilitar resultados particulares.

¹⁴ Em certa medida, a ênfase atribuída à agência ou à estrutura depende do tipo de questão da pesquisa (c.f. Stones, 1996).

¹⁵ Os perigos de se ignorar o caráter de dependência que o desenvolvimento tem de fatores de desenvolvimento anteriores, como se qualquer sociedade pudesse alcançar um estado específico a partir de qualquer ponto inicial, são evidentes no fracasso ruidoso representado pela terapia de choque efetuada no mercado russo.

Marsh et al. também chamam atenção para o problema de escala e fronteiras em tais estudos. Muitas análises da política britânica pós-guerra ignoraram o cenário internacional, tanto em termos de conexões de mudanças em outros locais, quanto em termos da presença de desenvolvimentos semelhantes em outros países, como foi o caso do neo-liberalismo. Este problema é equivalente àquele apontado em nossos exemplos, tirados dos estudos sobre a indústria, acerca da definição de grupos causais em termos da definição do escopo dos fenômenos causalmente relevantes para o desenvolvimento do problema em questão.

Estes são apenas alguns dos problemas do desenvolvimento de narrativas de mudança social e uma indicação de um tratamento realista dos mesmos. [...] Apesar de breve, espero que a discussão destes exemplos seja suficiente para demonstrar algumas das características chave da pesquisa realista-crítica.

Conclusão

Este é o esqueleto de uma metodologia realista. Muitos pesquisadores intuitivamente operam desta forma, pelo menos parte do tempo, embora seja fácil parar na metade do processo, na medida em que encontrem algumas associações comuns entre os fenômenos, sem que se questionem acerca do *status* destas associações. Muitos são desviados de uma abordagem realista pela hegemonia da metodologia positivista, que ignora problemas de conceituação e abstração, e com sua teoria da causação sucessionista. Mesmo pesquisas que rejeitam o positivismo podem não alcançar uma abordagem realista se permanecerem satisfeitas em encontrar associações entre fenômenos de interesse, sem que questionem se estas associações são necessárias ou contingentes.

Um tema comum de toda pesquisa realista diz respeito à prioridade atribuída à conceituação e abstração, dado que a maneira como "talhamos" e definimos nossos objetos de estudo tende a selar o destino de qualquer pesquisa subsequente. Realistas buscam conexões substanciais entre fenômenos, e não associações formais ou regularidades. Ao explicar associações, eles tendem a distinguir aquilo que deve ser o caso, daquilo que meramente pode ser o caso. A explicação do mundo social também requer atenção à sua estratificação, aos poderes emergentes que derivam de certas associações e às maneiras como a operação de mecanismos causais dependem de efeitos habilitadores e restritivos dos contextos. Realistas também reconhecem a dependência conceitual dos fenômenos sociais e a necessidade de se interpretar ações significativas, embora isto não seja uma alternativa à explicação causal, dado que razões podem ser causas.

Referências Bibliográficas

- ARCHER, K. (1987), "Mythology and the problem of reading in urban and regional research". *Environment and Planning D: Society and Space*, 5: 384-93.
- ARCHER, Margaret. (1995), *Realist social theory: the morphogenetic approach*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BHASKAR, Roy. (1975), *A realist theory of science*. Leeds, Leeds Books.
- _____. (1979), *The possibility of naturalismo* Hassocks, Harvester.
- _____. (1986), *Scientific realism and human emancipation*, Londres, Verso.
- _____. (1989), *Reclaiming reality*. Londres, Verso.
- COLLIER, Andrew. (1994), *Critical realism* Londres, Verso.
- HARRÉ, Rom. e MADDEN, E.H. (1975), *Causal powers*. Oxford, Blackwell.
- LESSOP, Bob. (1990), *State theory: putting capitalist states in their place*. Cambridge, Polity.
- LAWSON, Tony. (1997), *Economics and reality*. Londres, Routledge.
- MARSH, D.; BULLER, R.; HAY, C.; JOHNSTON, R., HERR, P.; McANULLA, S.; WATSON, M. (1998), *Postwar British politics in perspective*. Cambridge, Polity.
- MASSEY, D.; MEEGAN, R.A. (orgs.) (1986), *The politics of method*. Londres, Methuen.
- MORGAN, K.; SAYER, A. (1998), *Microcircuits of capital: sunrise industry and uneven development*. Cambridge, Polity.
- PAWSON, R; TILLEY, N. (1997), *Realistic evaluation*. Londres, Sage.
- SAYER, Andrew. (1981), "Abstraction: a realist interpretation". *Radical Philosophy*, 28: 6-15.
- _____. (1992), *Method in social science: a realist approach*, 2 ed. Londres, Routledge.
- _____. (1995), *Radical political economy: a critique*. Oxford, Blackwell.
- SAYER, Andrew; MORGAN, K. (1986), "A modern industry in a declining region: links between method, theory and policy", in D. Massey e R.A. Meegan (orgs.), *The politics of method*. Londres, Methuen.
- STONES, R. (1996), *Sociological reasoning: towards a post-modern sociology*. Londres, MacMillan.